

MLog S.A.
CNPJ/MF nº 13.444.994/0001-87
NIRE 33.3.0029745-6
Companhia Aberta

**MANUAL DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA MLOG S.A. A
SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2019**

O presente manual (“Manual”) tem por objetivo prestar esclarecimentos e orientações de voto aos Senhores Acionistas acerca das deliberações a serem tomadas na Assembleia Geral Ordinária da **MLog S.A.** (“Companhia” ou “MLog”), que será realizada no próximo dia 30 de abril de 2019, às 11:00h (“Assembleia”), na sede da Companhia, na Rua Lauro Müller 116 – sala 2601 e 2608/parte, Botafogo, CEP 22290-906, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, as quais se encontram discriminadas e detalhadas no presente documento. Este Manual foi elaborado pela Administração da Companhia com o objetivo de prestar esclarecimentos e orientações aos Senhores Acionistas, bem como submeter a sua apreciação, de acordo com as determinações legais e estatutárias, a proposta da Administração abaixo destacada:

I. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos aos Senhores Acionistas, a seguir, a proposta da Administração para cada uma das matérias da ordem do dia constantes do Edital de Convocação, as quais serão objeto de deliberação na Assembleia:

- (i) Examinar, discutir e votar as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, bem como ciência do Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018;**

As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração da Companhia foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e auditados pelos Auditores Independentes – KMPG Auditores Independentes.

A Administração recomenda aos Acionistas da Companhia que examinem detidamente esses documentos relativos ao exercício social de 2018 e, caso necessário, esclareçam previamente eventuais dúvidas, a fim de deliberarem sobre a aprovação das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Apresentamos no presente Manual os Comentários dos Diretores acerca da situação financeira da MLog, os quais correspondem ao item 10, do Anexo 24, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 (“ICVM 480/09”), conforme determina o Art. 9º, inciso III, da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“ICVM 481/09”). As informações requeridas estão disponíveis para consulta dos Acionistas na sede da Companhia, no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e constituem o Anexo A da

presente Proposta.

(ii) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia e fixar a remuneração global da Administração;

O Conselho de Administração da Companhia é composto por até 9 (nove) membros de acordo com o artigo 9º do Estatuto Social. Os membros do Conselho de Administração da Companhia serão eleitos pelos acionistas reunidos em Assembleia, pelo sistema de chapas. Considerando que os candidatos que compõem a chapa declararam preencher os requisitos legais e estatutários para compor o Conselho de Administração, a Administração recomenda a eleição da seguinte chapa:

Candidatos a Membros do Conselho de Administração:

Luiz Claudio Souza Alves
Alvaro Piquet Carneiro
Eduardo de Abreu Borges
Otávio Augusto de Paiva
Patricia Coelho

A Administração recomenda aos Acionistas da Companhia que examinem as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência em relação aos candidatos da chapa proposta pelo Conselho de Administração, as quais estão disponíveis no Anexo C a este Manual, atendendo ao disposto no Artigo 10 da Instrução CVM 481.

A Administração propõe e recomenda a fixação de uma remuneração global da Administração em até R\$13.650.000,00 (treze milhões, seiscentos e cinquenta mil reais), conforme art. 152 da Lei das S.A., sendo até R\$9.550.000,00 em remuneração global fixa e até R\$4.100.000,00 em remuneração global variável.

Como anexo deste Manual (Anexo B), apresentamos as informações exigidas pelo artigo 12 da ICVM 481/09.

Por fim, ressaltamos que nos termos do Artigo 1º da Instrução CVM 165/91, alterada pela Instrução CVM 282/98, o percentual mínimo de participação no capital social votante necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), e deverá ser requerido no prazo de até 48 horas antes da realização da Assembleia.

(iii) Aprovar a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

De acordo com o que estabelece a ICVM 481/09, em seu artigo 9º, bem como visando disponibilizar aos acionistas as informações necessárias para as suas deliberações

relativamente a destinação dos resultados, informamos o que segue:

Composição do saldo de Lucros/Prejuízos Acumulados:

- Prejuízos acumulados em 31/12/2017: R\$ 353.876
- Prejuízo do exercício findo em 31/12/2018: R\$ 19.076
- Prejuízos acumulados em 31/12/2018: R\$ 372.952

Destinações:

a. Reserva Legal (artigo 27, “a”, do Estatuto Social): não haverá em função da Companhia ter apurado prejuízo no exercício findo em 31/12/2018 e possuir saldo de prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

b. Reserva de Contingências (artigo 27, “b”, do Estatuto Social): não haverá em função da Companhia ter apurado prejuízo no exercício findo em 31/12/2018 e possuir saldo de prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

c. Reserva de Lucros Não Realizados (artigo 27, “c”, do Estatuto Social): não haverá em função da Companhia ter apurado prejuízo no exercício findo em 31/12/2018 e possuir saldo de prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

d. Dividendo Mínimo Obrigatório (artigo 27, “d”, do Estatuto Social): não haverá em função da Companhia ter apurado prejuízo no exercício findo em 31/12/2018 e possuir saldo de prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

Tendo em vista o disposto no art. 189 da Lei das S.A., a Administração entende que o Anexo 9-1-II mencionado na ICVM 481/09, referente à “Destinação do Lucro Líquido”, não é aplicável, pois o resultado do exercício foi negativo.

II. REPRESENTAÇÃO DOS ACIONISTAS

Para participar da Assembleia, os Senhores Acionistas deverão provar sua qualidade de acionista, conforme o artigo 126 da LSA, mediante a apresentação dos seguintes documentos: (i) o respectivo comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária; (ii) documento de identidade com foto, para o Acionista pessoa física, e os documentos que comprovem os poderes de representação, para o Acionista pessoa jurídica; e (iii) se for o caso, instrumento de mandato para representação do Acionista por meio de procurador, outorgado nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 126, da LSA.

Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não estiver assinando a procuração em seu próprio nome deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes do signatário para representá-lo.

A Companhia examinará a procuração e os documentos comprobatórios de representação e, se não puder validar a representação com base nos documentos recebidos, não entregará a

procuração para o procurador designado acima, em conformidade com as disposições da LSA e da ICVM 481/2009.

O endereço para o qual estes documentos devem ser enviados é:

MLog S.A.
Rua Lauro Müller 116 – salas 2601 e 2608 (parte), Botafogo, CEP 22290-906
Rio de Janeiro, RJ
CEP 22290-906

A Companhia recomenda que Vossa Senhoria antecipe o envio de cópia da procuração e dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação, remetendo tais documentos via fac-símile para o número (21) 2538-4900, em atenção à Diretoria de Relação com Investidores, ou por e-mail para ri@mlog.com.br.

III. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS

Em consonância com a ICVM 481/09, os documentos de interesse dos Acionistas para a participação na Assembleia estão anexos a este Manual e disponíveis nos seguintes endereços da rede mundial de computadores: <http://www.cvm.gov.br> e <http://www.mlog.com.br>.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2019.

Gustavo Barbeito de Vasconcellos Lantimant Lacerda
Diretor de Planejamento Estratégico e de Relações com Investidores
MLog S.A.

ANEXOS

ANEXO A Comentários dos Diretores acerca da situação financeira da Companhia (item 10, do Anexo 24 - Formulário de Referência, da ICVM 480/09)

ANEXO B Proposta de Remuneração e Informações sobre a Remuneração dos Administradores (Conforme artigo 12 da ICVM 481 e item 13 do Anexo 24 - Formulário de Referência, da ICVM 480/09)

ANEXO C Informações exigidas pelo artigo 10 da ICVM 481/09 (itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência)

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

ANEXO A

(item 10, do Anexo 24, da ICVM 480/09)

10. Comentários dos diretores

10.1 – Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A MLog S.A. (“Companhia”) detém o controle integral das sociedades Morro do Pilar Minerais S.A., Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba, Dutovias do Brasil S.A., Asgaard Navegação S.A. (“Asgaard”), indiretamente pela Asgaard Navegação S.A. de 100% da Companhia de Navegação da Amazônia – CNA (“CNA”) e 99,75% da Asgaard Navigation LLP e 100% da Mineração Marsil EIRELI (“Marsil”).

A subsidiária Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba não é operacional, sendo proprietária de um terreno no município de Linhares, no Espírito Santo. As subsidiárias Moro do Pilar Minerais S.A., Dutovias do Brasil e Mineração Marsil EIRELI atuam nos segmentos de mineração. As subsidiárias Asgaard Navegação S.A., Asgaard Navigation LLP e a subsidiária Companhia de Navegação da Amazônia – CNA atuam no segmento navegação através de afretamento e operação de embarcações de apoio marítimo para a indústria de óleo e gás, caso da Asgaard, enquanto a CNA atua no transporte fluvial de granel líquido (petróleo cru, seus derivados e biocombustíveis).

Em 21/03/2017, a subsidiária Asgaard Navegação S.A. vendeu a embarcação Asgaard Sophia para a controlada CNA, pelo valor de R\$106.303, gerando com isto liberação imediata de recursos de Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante- AFRMM (“AFRMM”) que estavam em conta vinculada no valor de R\$79.345, além do valor adicional de R\$15.000 creditados na conta vinculada ao longo de 2017. O valor remanescente de R\$ 11.958 foi liberado para conta vinculada em 27/09/2018, em razão de decisão judicial determinando o deferimento da execução provisória.

Como parte da estratégia da transação acima, no momento imediatamente posterior à compra e venda da embarcação, as subsidiárias Asgaard e CNA celebraram acordo de afretamento a casco nu da referida embarcação, de forma que a mesma siga sendo operada pela Asgaard a serviço da Petrobras.

Em 17/04/2017 a Asgaard celebrou contrato com a Petrobras de quatro anos, renováveis por igual período, para operação da embarcação Asgaard Sophia, que vinha operando para o mesmo cliente desde março de 2016 através de um contrato de curto prazo.

Quanto ao Projeto de minério de ferro denominado “Morro do Pilar”, a Companhia continua trabalhando para atender as condicionantes da licença prévia (“LP”) obtida em novembro de 2014, bem como, andamento para obtenção da licença de investimento (“LI”) conforme Nota 16.

A Companhia apresenta nessas demonstrações financeiras prejuízos acumulados de R\$ 372.952 (R\$ 353.876 em 2017).

A Administração entende que a recuperação dos valores registrados no ativo não circulante, depende da capacidade de execução de seu plano de negócios de longo prazo para as atividades de mineração, logística e navegação.

A Companhia encerrou o ano de 2018 com volume consolidado de ativo circulante maior do que o de passivo circulante. Parcela importante do ativo circulante de Companhia, porém é representada de AFRMM, cujo uso é restrito. Adicionalmente, a atividade de Mineração tem parcela significativa de seus ativos ainda em estágio pré-operacional (Projeto Morro do Pilar), que demandam investimentos.

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

A capacidade da Companhia de converter o AFRMM em dinheiro livre, a integralização do capital subscrito de R\$ 85.262, prevista para o exercício de 2019 conforme boletins de subscrição e deliberações em Assembleias de Acionistas, e o acesso a outros canais de capital contribuem com os planos de continuidade operacional da Companhia no curto prazo e podem influenciar a velocidade e a capacidade de executar seu plano de investimento.

Em 05/01/2017, o registro de listagem de ações da Companhia na BM&F Bovespa não foi renovado. A administração segue atenta às oportunidades de ampliação de liquidez de suas ações.

b. estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2018, a estrutura de capital da Companhia era composta por 66% de capital próprio, aportado pelos seus acionistas e medido pelo Patrimônio Líquido Consolidado, e 34% de capital de terceiros e outros passivos, medido indiretamente pela diferença entre o capital próprio e o total de ativos consolidados da Companhia.

Em 31/12/2018, o total de endividamento bancário da Marsil perfaz o montante aproximado de R\$ 62.651.

Conforme explicado na Nota Explicativa 23, no Instrumento Particular de Cessão e Transferência Definitiva de Quotas Societárias celebrado entre MLog e Bocaiuva, a Bocaiuva se responsabilizou pelas dívidas da Marsil, bem como de todas e quaisquer contingências, contabilizadas ou não, cujo fato gerador seja anterior à data da aquisição.

A MLog não efetivou qualquer pagamento deste endividamento bancário, e a administração da Companhia atuará de maneira a garantir os direitos da Companhia caso haja qualquer violação das obrigações assumidas pela Bocaiuva no Instrumento Particular de Cessão e Transferência Definitiva de Quotas Societárias.

O estatuto social da Companhia não prevê hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia e tampouco uma fórmula de cálculo do valor de resgate, devendo ser observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia encerrou o ano de 2018 com volume consolidado de ativo circulante maior do que o de passivo circulante. Parcela importante do ativo circulante de Companhia, porém é representada de AFRMM, cujo uso é restrito. Adicionalmente, a atividade de Mineração tem parcela significativa de seus ativos ainda em estágio pré-operacional (Projeto Morro do Pilar), que demandam investimentos.

A capacidade da Companhia de converter o AFRMM em dinheiro livre, a integralização do capital subscrito de R\$85.262, prevista para o exercício de 2019 conforme boletins de subscrição e deliberações em Assembleias de Acionistas, e o acesso a outros canais de capital contribuem com os planos de continuidade operacional da Companhia no curto prazo e podem influenciar a velocidade e a capacidade de executar seu plano de investimento.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

Até esta data a Companhia utilizou majoritariamente recursos próprios resultantes das captações privadas realizadas em 2011, 2012 e da operação de incorporação da Asgaard em 2015, no total de cerca R\$1,2 bilhão para financiar suas necessidades investimento em ativos não-circulantes, bem como para capital de giro.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Conforme informado no item 10.1(a) deste Formulário de Referência, a Companhia precisa de recursos substanciais para desenvolver seus planos de negócios. Para tanto, a Companhia avalia frequentemente diferentes fontes de recursos para a obtenção de financiamento adicional para suas necessidades de capital de giro e de investimentos. Especialmente para investimento em ativos não-circulantes, a Companhia acredita que o crescimento se utilizará

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

de recursos existentes e também dependerá de linhas e captações futuras como: (i) Navegação: utilização dos créditos de AFRMM disponíveis e futuros, linhas de financiamento setoriais como Fundo da Marinha Mercante, dentre outras; (ii) Mineração: utilização de capital próprio para o protocolo da Licença de Instalação (“LI”) e linhas de crédito ainda não aprovadas mais novos aportes de capital por acionistas atuais ou novos acionistas para a execução do projeto de produção.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Ver comentários nos itens “b” e “c” acima.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Ver comentários nos itens “b” e “c” acima.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possuía empréstimos ou financiamentos relevantes de longo prazo com instituições financeiras em 31 de dezembro de 2018. A Companhia mantém relacionamento comercial com outras instituições financeiras focada até então especialmente em prestação de serviços por estas instituições.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Ver comentários nos itens “b” e “c” acima.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Nesta data, a Companhia não está sujeita a nenhuma restrição em sua capacidade de se endividar, distribuir dividendos, alienar ativos e/ou emitir novos valores mobiliários.

Como prestadora de serviços da Petrobras, a subsidiária Asgaard está sujeita a avaliações anuais de índices financeiros para que possa se habilitar a novas concorrências realizadas pela empresa.

Com relação às restrições sobre alienação de controle acionário, o contrato de aquisição da CNA – Companhia de Navegação da Amazônia restringe a alteração de controle acionário no controlador indireta da Companhia, prevendo a liquidação antecipada da dívida de aquisição caso haja alteração unilateral no controle da mesma.

g. limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Ver comentários nos itens “b”, “c” e “e” acima.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A discussão a seguir sobre a situação financeira e o resultado das operações da Companhia reflete o entendimento dos seus Diretores e deverá ser lida junto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao período iniciado em 01 de janeiro de 2018 e encerrado em 31 de dezembro de 2018, e respectivas notas explicativas. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (International Accounting Standards Board – IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

Período Iniciado em 01 de Janeiro de 2018 e Encerrado em 31 de Dezembro de 2018

A tabela abaixo apresenta os valores relativos à demonstração de resultado consolidada.

	Nota	Consolidado	
		2018	2017
Receita líquida de prestação de serviços	20	66.594	73.618
Custos dos serviços prestados	20	(61.284)	(68.406)
Resultado bruto		5.310	5.212
Despesas operacionais			
Com pessoal	25	(20.133)	(21.938)
Serviços prestados		(4.063)	(7.347)
Gerais e administrativas		(6.216)	(7.790)
Depreciação e amortização		(1.122)	(1.493)
Tributárias		(711)	(2.067)
Outras receitas (despesas) operacionais			
Equivalência patrimonial de sociedades controladas	8		7.796
Subvenção de AFRMM	5	12.040	(2.880)
Afretamento			(1.716)
Outras despesas operacionais		3.203	(37.435)
		(17.002)	(37.435)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		(11.692)	(32.223)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	9.954	6.004
Despesas financeiras	22	(16.419)	(19.323)
		(6.465)	(13.319)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(18.157)	(45.542)
Imposto de renda e contribuição social	11		
Correntes		(739)	(512)
Diferidos		(57)	403
Prejuízo do exercício		(18.953)	(45.651)
Prejuízo atribuível a:			
Acionistas da controladora		(19.076)	(45.654)
Acionistas não controladores		123	3

Demonstração do resultado - Segmentos Em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais

	Mineração	Navegação	Consolidado
Receita líquida de prestação de serviços	4.726	61.868	66.594
Custos dos serviços prestados	(2.647)	(58.637)	(61.284)
Resultado bruto	2.079	3.231	5.310
Despesas operacionais			
Com pessoal	(13.740)	(6.393)	(20.133)
Serviços prestados	(3.293)	(770)	(4.063)
Gerais e administrativas	(2.866)	(3.350)	(6.216)
Depreciação e amortização	(871)	(251)	(1.122)
Tributárias	(201)	(510)	(711)
Outras receitas (despesas) operacionais			
Subvenção de AFRMM		12.040	12.040
Outras receitas operacionais	8	3.195	3.203
	(20.963)	3.961	(17.002)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(18.884)	7.192	(11.692)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		10.957	9.954
Despesas financeiras	(27)	(17.395)	(16.419)
	(27)	(6.438)	(6.465)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(18.911)	754	(18.157)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes		(739)	(739)
Diferidos		(57)	(57)
Prejuízo do exercício	(18.911)	(42)	(18.953)

Receitas e Despesas Operacionais. As receitas e os correspondentes custos realizados pelas

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

subsidiárias Asgaard Navegação S.A., Companhia de Navegação da Amazônia e Marsil EIRELI. Também estão incluídos nos custos e despesas valores referentes a Controladora e suas subsidiárias em fase pré-operacional.

A Companhia apresentou prejuízo consolidado de R\$18.953 em 2018. Este resultado é a combinação do impacto líquido positivo de R\$5.310 de margem bruta, de R\$17.002 negativos de despesas operacionais, líquidas e do valor negativo de R\$6.465 de resultado financeiro.

Resultado Financeiro. O resultado financeiro no exercício de 2018 foi negativo em R\$6.465, composto de receitas financeiras de R\$9.954, decorrentes de aplicações financeiras, atualização dos valores de impostos a recuperar e principalmente de variação cambial relacionada ao encerramento da subsidiária Asgaard UK. As despesas financeiras de R\$16.419 são decorrentes principalmente de ajuste a valor presente e juros na aquisição de investimentos (CNA), que totalizam o valor de R\$13.867.

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

Balanco Patrimonial Consolidado

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2018 comparadas a 31 de dezembro de 2017:

	Nota	Consolidado	
		2018	2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.289	34.440
Depósitos de AFRMM em conta vinculada	5	13.689	29.638
Contas a receber de clientes	6	6.545	17.317
Adiantamentos a fornecedores		337	563
Estoques		1.440	328
AFRMM para liberação	5	24.052	24.052
Mútuos com partes relacionadas	12	975	904
Imposto de renda, contribuições e outros impostos a recuperar	7	11.420	10.784
Antecipação de recebíveis		818	
Despesas antecipadas		605	543
Direitos na transação negocial	1	79.354	1.684
Outros créditos		481	113
Total do ativo circulante		151.005	120.366
Não circulante			
Adiantamentos para futuros aumentos de capital	8		
Depósitos judiciais		2.340	468
Imposto de renda, contribuições e outros impostos a recuperar	7	141	1.940
AFRMM para liberação	5	20.608	8.734
Bloqueios judiciais		752	825
Investimentos	8		
Imobilizado	9	224.778	222.021
Intangível	10	829.881	785.772
Total do ativo não circulante		1.078.500	1.019.760
Total do ativo		1.229.505	1.140.126
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	13	7.392	15.812
Empréstimos bancários	1	71.157	
Salários e encargos sociais		4.293	2.190
Imposto de renda, contribuições e outros impostos a recolher		5.487	2.483
Mútuos com partes relacionadas	12		
Adiantamentos de clientes		1.310	1.245
Provisões	17	3.727	1.662
Obrigações na aquisição de investimentos	14	31.985	25.213
Outras contas a pagar		3.586	2.992
Total do passivo circulante		128.937	51.597
Não circulante			
Empréstimo bancários		562	
Fornecedores	13	2.799	
Provisão para passivo a descoberto	8		
Tributos diferidos	11	89	32
Obrigações com clientes	18	5.875	5.875
Imposto de renda, contribuições e outros impostos a recolher		503	363
Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM	5	203.150	200.548
Obrigações na aquisição de investimentos	14	61.039	75.962
Outras contas a pagar		1.122	
Provisões	17	11.389	15.493
Total do passivo não circulante		286.528	298.273
Patrimônio líquido			
Capital social	19	1.161.678	1.111.835
Reserva para pagamento baseado em ações		25.308	25.308
Prejuízos acumulados		(372.952)	(353.876)
Ajustes acumulados de conversão			7.088
Atribuível à participação dos acionistas controladores		814.034	790.355
Participação de acionistas não controladores		6	(99)
Total do patrimônio líquido		814.040	790.256
Total do passivo e patrimônio líquido		1.229.505	1.140.126

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

Informações por Segmento

Ativos e Passivos em 31/12/2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Mineração</u>	<u>Navegação</u>	<u>Consolidado</u>
ATIVOS			
AFRMM	-	58.349	58.349
Direitos na transação negocial	74.596	4.758	79.354
Imobilizado	44.618	180.160	224.778
Intangível	<u>763.987</u>	<u>65.894</u>	<u>829.881</u>
	<u>883.201</u>	<u>309.161</u>	<u>1.192.362</u>
PASSIVOS			
Fornecedores	862	9.329	10.191
Empréstimos bancários	68.907	2.812	71.719
Provisões	10.662	4.454	15.116
Obrigações na aquisição de investimentos	-	93.024	93.024
AFRMM	<u>-</u>	<u>203.150</u>	<u>203.150</u>
	<u>80.431</u>	<u>312.769</u>	<u>393.200</u>

Ativo:

Ativo Circulante. A Companhia encerrou o ano de 2018 com volume consolidado de ativo circulante maior do que o de passivo circulante. Parcela importante do ativo circulante da Companhia, porém, é representada pelo AFRMM – Adicional de Frete da Marinha Mercante, cujo uso é restrito. Adicionalmente, a atividade de Mineração tem parcela significativa de seus ativos ainda em estágio pré-operacional (Projeto MOPI), que demandam investimentos da MLog. A capacidade da Companhia em converter AFRMM em caixa livre e de acessar outros canais de capital podem influenciar a velocidade e capacidade de execução de seu plano de investimentos.

Adicional de Frete da Marinha Mercante (“AFRMM”). A subsidiária Companhia de Navegação da Amazônia- CNA mencionada na Nota 1 é beneficiária, nos termos da Lei 10.893/2004, do recebimento de 100% do benefício do AFRMM gerado nas suas atividades de navegação fluvial. O uso desses recursos, extensível a coligadas, controladas ou controladora da CNA, está condicionado à aquisição de embarcações novas, jumborização, conversão, modernização, docagem ou reparação de embarcações próprias e pagamento de juros e de amortização de financiamentos relativos a estes mesmos usos.

Impostos a recuperar. Os impostos a recuperar estão relacionados principalmente a contribuições sociais (PIS/Cofins) a compensar e imposto de renda sobre aplicações financeiras.

Imobilizado. A variação do imobilizado decorre de novos investimentos realizados no segmento de Navegação e Mineração, incluindo o maior impacto do período, referente a aquisição da Marsil.

Intangível. A variação do intangível decorre de novos investimentos realizados no segmento de Mineração, incluindo o maior impacto do período, referente a aquisição da Marsil.

Passivo e Patrimônio líquido:

Empréstimos bancários. A Companhia encerrou o trimestre com endividamento bancário de R\$71.719. A maior parte deste montante refere-se ao endividamento da Marsil. No contrato de aquisição da Marsil, o Grupo Bocaíuva assume a responsabilidade pelo pagamento desta dívida. A Administração da Companhia segue atenta à finalização do processo de assunção da

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

dívida da Marsil pelo Grupo Bocaiuva, ainda não foi finalizada, e tomará medidas cabíveis caso haja descumprimento contratual por parte da Bocaiuva.

Patrimônio Líquido. Em 2018, o Patrimônio Líquido da Companhia sofreu impacto negativo dos prejuízos consolidados e positivo da integralização de parcela do aumento de capital subscrito em 2015 pela Maverick Holding S.A.

FLUXO DE CAIXA

A tabela abaixo apresenta os fluxos de caixa consolidados para o período iniciado em 01 de janeiro de 2018 e encerrado em 31 de dezembro de 2018.

	Consolidado	
	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(18.953)	(45.651)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	12.045	12.517
Baixa de ativos imobilizados	319	421
Receita de subvenção de AFRMM	(12.040)	(7.796)
Variação cambial não realizada	(7.884)	(716)
Resultado de equivalência patrimonial		
Juros passivos	16.015	16.883
Tributos e contribuições diferidos	57	(403)
Variações nos ativos e passivos		
Imposto de renda, contribuições e outros impostos a recuperar	1.517	1.363
Estoques	(1.112)	16
Despesas antecipadas	(175)	1.839
Outros créditos	1.183	634
Contas a receber de clientes	11.195	(7.597)
Bloqueios judiciais	(1.359)	(809)
Adiantamentos a fornecedores	192	1.910
Recebimento de subsídio de AFRMM	18.699	96.787
Fornecedores	(5.653)	5.973
Salários e encargos sociais	(212)	(36)
Imposto de renda, contribuições e outros impostos a recolher	227	430
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	(94)	(129)
Obrigações em transação negocial		(8.521)
Contas a receber	(850)	
Adiantamentos de clientes	(45)	(3.361)
Outras contas a pagar	(754)	(518)
Provisões	(8.452)	(156)
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (utilizados nas) atividades operacionais	3.866	63.080
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Mútuos com partes relacionadas - concedidos	(130)	(510)
Antecipação de recebíveis	(818)	
Aquisições de imobilizado	(2.481)	(3.084)
Adições ao intangível	(4.371)	(1.838)
Aquisições e investimentos	(50.000)	
Adiantamentos para futuro aumento de capital		
Caixa e equivalentes de caixa utilizados nas atividades de investimentos	(57.800)	(5.432)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	49.843	
Empréstimo bancário	3.000	
Pagamento de empréstimos bancários	(197)	(3.732)
Dividendos pagos		
Amortização da dívida na aquisição de investimentos	(22.018)	(20.225)
Mútuos com partes relacionadas - recebidos	155	550
Equivalentes da caixa recebidos em transações negociais (Nota 1)		
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (utilizados nas) atividades de financiamentos	30.783	(23.407)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(23.151)	34.241
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	34.440	199
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.289	34.440

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa proveniente das atividades operacionais decorreu principalmente pelo recebimento do subsídio de AFRMM.

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

O caixa utilizado nas atividades de investimento decorreu principalmente da aquisição da Marsil.

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

A redução refere-se à amortização da dívida na aquisição da CNA, mencionada nas demonstrações financeiras, enquanto o maior impacto positivo é fruto da integralização de capital de parcela de subscrição de ações realizada em 2015 pela Maverick Holding S.A. e parcialmente integralizada até o momento

10.2 – Os diretores devem comentar:

(Sempre que possível, os diretores devem comentar também neste campo sobre as principais tendências conhecidas, incertezas, compromissos ou eventos que possam ter um efeito relevante nas condições financeiras e patrimoniais do emissor, e em especial, em seu resultado, sua receita, sua lucratividade, e nas condições e disponibilidade de fontes de financiamento;

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As principais receitas da Companhia foram realizadas pelas subsidiárias Asgaard Navegação S.A., pela Companhia de Navegação da Amazônia e pela Marsil EIRELI, adquirida ao longo do exercício de 2018.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os maiores impactos em 2018 refletem o reconhecimento das receitas, custos e despesas referentes a Asgaard Navegação S.A., a Companhia de Navegação da Amazônia e a Marsil EIRELI relativas a totalidade do exercício.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

No exercício de 2018 as maiores alterações foram comentadas no item “a”, acima. Em relação ao futuro, na visão dos diretores, seus resultados sofrerão impactos decorrentes dos fatores listados abaixo:

Condições Econômicas Mundiais e Brasileiras

O desempenho da economia brasileira e das condições econômicas mundiais podem afetar significativamente os resultados operacionais da Companhia.

Os custos da Companhia, inclusive de mão de obra e manutenção estão sujeitos a ajuste pela inflação. As taxas previstas nos contratos celebrados pela Companhia são reajustadas anualmente para refletir as variações positivas ou negativas em certos índices de inflação do Brasil. No entanto, estes reajustes podem não compensar integralmente os efeitos reais da inflação sobre os custos da Companhia.

A disponibilidade de financiamento nos mercados de crédito terá um impacto significativo sobre os negócios da Companhia, condições financeiras e resultados operacionais, considerando que a Companhia pretende contrair financiamentos para implementar seu plano de negócios.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

São apresentadas a seguir outras informações relevantes para o entendimento dos principais fatores que afetarão a receita e os resultados operacionais da Companhia no futuro.

Demanda por embarcações de apoio à indústria marítima de óleo e gás

O setor de navegação de apoio marítimo à indústria de óleo e gás atravessa um momento extremamente delicado. A manutenção do preço do petróleo em níveis próximos de 100 dólares por barril por um período longo de tempo impactou os preços de contratações na indústria de navegação de apoio, dando início a um importante ciclo global de investimento em ampliação da capacidade instalada. Com o início da forte queda no preço desta commodity, iniciada em 2014 e atingindo o piso recente em 2015, quando o petróleo chegou a valer menos de 30 dólares por barril, o investimento em nova capacidade de exploração e produção de petróleo foi drasticamente reduzido, levando distintos elos da cadeia de serviços do setor à situação de excesso de capacidade instalada e, logo, a quedas nas taxas de ocupação e nos preços cobrados, com as diárias de embarcações caindo mais de 50% no Mar do Norte e a capacidade ociosa chegando a 40% da frota. A consequência foi uma abrupta queda dos retornos sobre o capital investido, que atingiu patamares negativos, e uma série de problemas corporativos gerados por falta de liquidez e questões de solvência.

No Brasil, a diminuição dos investimentos em exploração e produção por parte da Petrobras também impactou o mercado, que viu as taxas diárias cobradas caírem aproximadamente 30%. O nível de ocupação também foi negativamente afetado, mas o favorecimento da frota nacional pela regulamentação do país manteve o mercado em uma situação de maior equilíbrio, com retornos sobre o investimento caindo, mas ainda mantidos em níveis positivos.

Demanda por minério de ferro

Após queda significativa dos preços do minério de ferro nos anos de 2014 e 2015, o preço desta commodity vem se recuperando gradualmente nos mercados internacionais. O minério de ferro de 62% posto na China, que chegou a ser negociado abaixo de US\$40 por tonelada em 2015, encerrou 2018 com preço oscilando próximo a US\$70 por tonelada.

Para o produto do projeto MOPI (68,5% de Fe), a alta foi ainda maior, com o prêmio por cada % de Fe adicional atingindo patamares significativamente acima do visto nos últimos anos, como consequência da capacidade limitada de oferta de produto de alto teor no mundo e do aumento da demanda por produtos mais ricos em Fe em função de legislação ambiental mais restrita na China, já que o minério de ferro de maior teor é também menos poluente.

Afretamento de Embarcação e Capacidade de Produção

Atualmente a companhia conta com uma embarcação própria, o OSRV Asgaard Sophia e com uma frota de balsas e empurradores operados pela sua subsidiária CNA. Parte dos contratos com clientes para operação destes ativos é de longo prazo e parte significativa de contratos tem duração menor do que 12 meses. A renovação dos contratos de longo e curto prazo são relevantes para manutenção das receitas de Navegação da Companhia.

Preços

As alterações no balanço de oferta e demanda de embarcações de apoio marítimo e do preço do petróleo podem afetar os valores de afretamento recebidos pela Companhia no longo prazo.

Além disso, a Companhia também pode ser afetada por alterações do preço do minério de ferro nos mercados internacionais, já que a maior parte ou a totalidade da produção futura da Companhia deverá ser exportada.

Volatilidade da Moeda

A Companhia estima que uma parte das suas receitas será denominada em dólares norte-americanos (US\$), enquanto que a parte de seus custos será denominada em reais (R\$). Em decorrência disso, os resultados da Companhia podem apresentar variações importantes em momentos de maior volatilidade do dólar norte-americano frente ao real.

Taxas de Inflação no Brasil

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Parte dos custos da Companhia será incorrida no Brasil em reais, enquanto que uma parte das receitas será obtida em dólares. Um aumento na inflação poderá ter impacto negativo sobre as margens operacionais.

Custos Operacionais

Os principais custos operacionais da Companhia estão relacionados à embarcação Asgaard Sophia, à operação da CNA - Companhia de Navegação da Amazônia e da Marsil EIRELI. Além dos custos operacionais relativos à atividade de navegação e mineração, a Companhia prevê custos de manutenção da Controladora e, para o projeto de mineração Morro do Pilar, custos e investimentos para manutenção dos ativos e direitos existentes.

Tributos no Brasil

A Companhia está sujeita à incidência de diversos tributos, sendo os principais impostos incorridos pela Companhia discriminados abaixo:

ICMS e Tributos sobre a Receita. As receitas líquidas da Companhia compreenderão a receita total, deduzida de descontos e devoluções e impostos e contribuições incidentes sobre as vendas, que inclui o ICMS e as contribuições relativas a programas sociais (PIS e COFINS) e impostos sobre serviços (ISS).

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro. Sobre o lucro líquido da Companhia incidirão imposto de renda e contribuição social sobre. A alíquota atual da contribuição social sobre o lucro é de 9% e do imposto de renda de aproximadamente 25% representando uma tributação total de aproximadamente 34%.

As alterações na legislação tributária e regulatória brasileira, que podem ser frequentes, poderão ter um impacto significativo sobre os resultados da Companhia.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

No exercício de 2018, as maiores alterações foram comentadas nos itens “a” e “b” acima. Com relação ao resultado financeiro, considerando a existência de investimentos em subsidiária no exterior e a dívida de aquisição da CNA – Companhia de Navegação da Amazônia, variações tanto na taxa de câmbio quanto na taxa básica de juros do país devem afetar nosso resultado financeiro.

10.3 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional.

A Companhia adquiriu em 2018 a Marsil EIRELI, companhia de mineração de minério de ferro localizada em Minas Gerais. Com esta aquisição, a Companhia passou a contar com dois segmentos operacionais geradores de receita: navegação e mineração.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

A Companhia adquiriu 100% da mineradora Marsil EIRELI pelo valor de R\$50.000.

c. eventos ou operações não usuais.

Ver comentário no item "b" acima.

10.4 – Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças nas práticas contábeis.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alterações em práticas contábeis.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor.

Não há ressalvas ou ênfases no parecer dos auditores.

10.5 - Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Julgamentos, estimativas e premissas são utilizados para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Itens significativos sujeitos a estimativas que foram considerados, ou que afetarão a Companhia após o início da produção, incluem: a seleção de vida útil do ativo imobilizado; a estimativa de reservas utilizada no cálculo da depreciação pelo método das unidades produzidas; a avaliação do valor recuperável das unidades geradoras de caixa; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados; entre outros. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente direitos minerários e gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e são avaliados ao custo de aquisição sendo que a amortização será calculada considerando o prazo estimado em que os benefícios correspondentes dos ativos intangíveis forem auferidos e começará a ser realizada no momento em que o ativo a que esteja vinculado, entre em operação. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que irão gerar benefícios econômicos para a Companhia e que seu respectivo valor possa ser medido de forma confiável.

A estimativa inicial da Administração é que as embarcações tenham uma vida útil de 20 anos e que as reservas minerais sejam exauridas em aproximadamente 20 anos de produção de 25 milhões de toneladas anuais, a partir do início das operações.

10.6 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**
 - i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;**
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;**
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;**
 - iv. contratos de construção não terminada;**
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.**

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.**
- b. natureza e o propósito da operação.**
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

Não aplicável, conforme indicado no item anterior.

10.08 – Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Muito se passou desde a fusão entre Asgaard e Manabi que criou a MLog no final de 2015. As mudanças ocorreram tanto no ambiente macro como no micro-econômico, envolvendo variáveis mais ou menos controláveis pela Companhia.

No cenário macro, as commodities em geral passavam por um importante momento de estresse, com quedas generalizadas de preços que chegaram a 70%, se tomarmos as principais commodities relacionadas aos nossos ativos, minério de ferro e petróleo. Mais do que somente as quedas, eram também negativas as expectativas de mercado para o futuro destes preços.

Foi neste cenário macro que a Companhia definiu, pelo lado micro-econômico, seus principais desafios pós-fusão: (i) redução significativa dos custos e despesas da estrutura combinada, especialmente gerais e administrativos; (ii) término da construção da embarcação Asgaard Sophia; (iii) transformação da Asgaard de uma empresa pré-operacional para uma operacional de excelência; (iv) execução do plano de negócios da Asgaard, que incluía a construção e operação de 6 embarcações PSV4500, conforme contrato com a Petrobras; e (v) definição de solução estratégica para o Projeto Morro do Pilar, economicamente inviável levando-se em conta o plano estratégico e os preços do minério de ferro praticados nos mercados internacionais naquele momento.

Partindo deste cenário inicial preocupante, a Companhia foi avançando nestas frentes. Ao longo de 2016, a MLog reduziu drasticamente sua estrutura. Os custos e despesas da Controladora com pessoal, serviços prestados, gerais e administrativas e tributárias saiu de R\$65.327 em 2015 para R\$13.321 em 2016, uma redução anual de R\$52.006, equivalente a diminuição do custo recorrente de um nível de 5,9% para o atual 1,2% do Capital Social da Companhia.

No primeiro trimestre de 2016, a embarcação OSRV Asgaard Sophia foi recebida pela Companhia, que passou a afretá-lo à Petrobras desde então. Inicialmente em um contrato de curto prazo, o Asgaard Sophia opera hoje sob contrato de longo prazo para o mesmo cliente. Em termos operacionais, a Asgaard encerra 2018 tendo sido avaliada no Programa de Excelência Operacional da Petrobras – PEOTRAM, pelo terceiro ano seguido, como a melhor prestadora de serviço de apoio marítimo da Petrobras, superando na mais recente avaliação outras 56 companhias.

Ao longo de 2016 e 2017, a Companhia executou outras duas importantes decisões no segmento de Navegação.

A primeira foi o cancelamento dos contratos para construção e operação de PSVs 4500 com a Petrobras, que embora tivessem boas condições comerciais, representariam um risco de retornos negativos para os acionistas da Companhia. Se por um lado esta decisão se mostrou correta do ponto de vista de alocação de capital, também significou uma redução do tamanho da Asgaard, que hoje opera somente uma embarcação. Com isto, a companhia encontra-se abaixo da escala mínima ideal, que acreditamos seja a operação conjunta de pelo menos 3 a 5 embarcações, tendo seus resultados diretamente afetados.

Em paralelo, a segunda decisão, visando compensar a primeira: a aquisição da Companhia de Navegação da Amazônia (“CNA”), operadora de navegação fluvial fundada há mais de 75 anos, e considerada pelo mercado uma das melhores prestadoras de serviço de navegação de óleo e derivados da região norte do país.

No segmento de mineração, o Projeto Morro do Pilar (“MOPI”) sofreu sua principal alteração. Inicialmente pensado como um modelo integrado mina-mineroduto-porto, o Projeto MOPI passou a considerar a produção própria e alternativas logística via parcerias, se aproveitado da disponibilidade atual da infra-estrutura brasileira, que conta com pelo menos cinco grandes portos com capacidade ociosa para carregamento de minério de ferro no raio de

10.08 – Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

alcance logístico de nossa mina.

Esta nova estratégia do Projeto MOPI, aliada às fortes altas ocorridas no preço do minério de ferro desde então, foram fundamentais para os avanços ocorridos, sendo o mais importante deles foi a retomada as atividades de Licenciamento Ambiental do projeto. Ao longo de 2018, a Companhia executou os estudos e quase todas as atividades relacionadas ao cumprimento das condicionantes da Licença Prévia (“LP”) do Projeto, tendo optado pelo requerimento da Licença de Instalação (“LI”) em 2019, aproveitando o prazo adicional concedido pelos órgãos reguladores.

Dados estes recentes avanços, tendo em vista que a implantação do Projeto MOPI demandará quantidade substancial de capital adicional, a Companhia contratou o Bank of America Merrill Lynch como seu assessor na estruturação de captação de recursos específicos para o Projeto.

Com a aquisição da Marsil, ocorrida em 2018, a Companhia passou a ser operacional também no segmento de mineração, embora com porte pequeno perto dos volumes do Projeto MOPI.

A MLog procura ativamente por oportunidades de crescimento orgânico e inorgânico (fusões e aquisições) para seus ativos.

Na atividade de navegação, a geração de créditos de AFRMM pela CNA garante às companhias de navegação capacidade de crescimento orgânico e inorgânico, já que estes créditos podem ser usados não só para a construção de novas embarcações como para o pagamento de prestação e juros de empréstimos utilizados para a construção de embarcações brasileiras.

Também estamos atentos à oportunidades adicionais no setor de mineração, onde as mudanças macro-econômicas mundiais e a qualidade do Projeto MOPI podem ser diferenciais que sustentem o crescimento da companhia nesta vertical.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Para implementação e desenvolvimento dos negócios da Companhia, esta dependerá de recursos adicionais dos acionistas ou de terceiros.

A Companhia estuda diferentes meios de obtenção de recursos adicionais para implementação e desenvolvimento de seus negócios, incluindo operações de captação de recursos por emissão primária de novas ações, financiamento junto a bancos comerciais, privados e públicos e agências multilaterais. Entretanto, não há qualquer garantia de que a Companhia será capaz de obter os recursos necessários para o início, manutenção ou conclusão de seus projetos.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos em andamento e não há desinvestimentos previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não há.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados;

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não há.

10.08 – Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

10.09 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há.

ANEXO B

Proposta de Remuneração e Informações sobre a Remuneração dos Administradores
(Conforme artigo 12 da ICVM 481 e item 13 do Formulário de Referência – ICVM 480)

Senhores Acionistas,

A administração da MLog S.A. propõe para exame e recomenda a aprovação pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 30 de abril de 2019, a aprovação do montante global da remuneração dos Administradores da Companhia no valor total global de R\$13.650.000,00 (treze milhões, seiscientos e cinquenta mil reais), em atendimento ao disposto no artigo 152 da LSA, sendo até R\$9.550.000,00 (nove milhões, quinhentos e cinquenta mil reais) em remuneração global fixa e até R\$4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil reais) em remuneração global variável.

13.1 – Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A prática de remuneração da Companhia tem como objetivo remunerar seus administradores e colaboradores conforme melhores parâmetros de mercado e considerando as metas da Companhia, a estratégia de seus negócios e seu estágio de desenvolvimento. A Companhia acredita que políticas ou práticas de remuneração são importantes não apenas para atrair, mas também reter talentos.

b. Composição da remuneração, indicando

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Na data deste Formulário de Referência, os membros do Conselho de Administração da Companhia contam com uma remuneração fixa (que inclui salários, encargos e honorários dos administradores).

A Administração da Companhia propõe na proposta atual de remuneração que o Conselho de Administração da Companhia também seja elegível à Remuneração Variável.

Diretoria Estatutária

Na data deste Formulário de Referência, os membros da Diretoria da Companhia contam com uma remuneração fixa (que inclui encargos, pro-labore e benefícios dos administradores).

Remuneração Fixa

No ano de 2016, a remuneração global anual da Administração, fixada em assembleia geral de acionistas de 28 de abril de 2016 foi de R\$ 7.300.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais). Os benefícios recebidos pelos diretores estatutários foram: planos de saúde, plano odontológico, vale-refeição e seguro de vida.

No ano de 2017, a administração da Companhia propõe uma remuneração global máxima dos Administradores de até R\$ R\$9.150.000,00 (nove milhões, cento e cinquenta mil reais). Os benefícios recebidos pelos diretores estatutários são: planos de saúde, plano odontológico, refeição e seguro de vida.

No ano de 2018, a administração da Companhia propõe uma remuneração global máxima dos Administradores de até R\$9.150.000,00 (treze milhões, seiscentos e cinquenta mil reais). Os benefícios recebidos pelos diretores estatutários são: planos de saúde, plano odontológico, refeição e seguro de vida.

Remuneração Variável

A Companhia poderá atribuir aos administradores bônus e/ou participação nos seus lucros, dentro do limite estabelecido na Lei das Sociedades por Ações.

Como remuneração variável, a Administração propõe para o ano de 2019, o valor global de até R\$4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil reais) para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia.

Plano de Opção

Em 21 de julho de 2011, foi aprovado o Plano de Opção, o qual estabelece os termos e condições gerais para a emissão de opções referentes à compra de ações ordinárias pela Companhia a seus diretores, conselheiros, funcionários e/ou outras pessoas físicas que prestem serviços à Companhia e/ou às suas subsidiárias. Por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2013, os acionistas da Companhia aprovaram a revisão das Seções 8.2 (c) (ii) e 10.2 do Plano de Opção. No último exercício não houve outorga de opções de ações no âmbito do referido Plano de Opção.

A Administração da Companhia vem estudando nova utilização de remuneração adicional através do Plano de Opção atual como forma de aumentar o alinhamento de longo prazo de seus Administradores e Acionistas.

Conselho Fiscal

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

Comitê de Auditoria

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

Segue abaixo descrição dos elementos da remuneração da administração da Companhia:

(ii) Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

No ano de 2016, a remuneração da Administração foi composta somente de parcela fixa.

No ano de 2017, a Diretoria Executiva também foi remunerada através de Bônus Executivo.

No ano de 2018, a remuneração da Administração foi composta somente de parcela fixa.

A proporção de cada elemento na remuneração da Diretoria está disposta no quadro abaixo:

Exercício Social / Remuneração	Salário Fixo Mensal	Benefícios Diretos	Bônus Executivo	Outros	Opções
2016	62%	6%	17%	16%	0%
2017	59%	5%	20%	16%	0%
2018	79%	5%	0%	16%	0%
2019* estimado	79%	5%	0%	16%	0%

* O valor de Outros refere-se aos encargos sociais (INSS) incidentes sobre a remuneração dos Administradores, tanto fixa quanto variável.

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O Conselho de Administração da Companhia, monitora periodicamente a competitividade da remuneração dos administradores e poderá avaliar a necessidade de se realizar reajuste em algum de seus componentes.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

As razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria da gestão da Companhia e a permanência dos seus administradores, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e com o desempenho de curto prazo.

(v) A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

O Conselho de Administração da Companhia define indicadores de desempenho não formais para o componente de remuneração variável (bônus e/ou participação nos lucros) para os administradores, seguindo política flexível. Esta metodologia é considerada pelo Conselho de Administração como a mais adequada para o estágio de desenvolvimento do conjunto de seus ativos, incluindo a existência de parcela relevante dos mesmos em fase pré-operacional.

O alinhamento e impacto das decisões administrativas no curto, médio e longo prazo são levados em conta pelo Conselho de Administração na hora de determinação de remuneração variável, com entendimento do Conselho de Administração de que certa flexibilidade no estágio atual dos ativos é benéfica para a Companhia, incluindo pela possibilidade de ocorrência de alteração de valor real de seus ativos sem impacto contábil imediato.

Dentre os indicadores de desempenho utilizados, podemos destacar: (i) para os ativos pré-operacionais, são analisados os impactos na geração de valor potencial do ativo, como impactos na capacidade de geração de resultados futuros e/ou na redução do risco dos projetos; (ii) para os ativos operacionais, são analisados indicadores de desempenho operacional e também indicadores financeiros.

A definição de montante de remuneração variável/ bônus leva em consideração a posição de caixa da Companhia, de forma a garantir o cumprimento das obrigações financeiras de curto e médio prazo.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Vide item (c) acima.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Vide item (c) acima.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A remuneração dos administradores é suportada majoritariamente pela Companhia, que reporta qualquer remuneração recebida de subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos pelos seus Administradores de maneira consolidada, ou seja, não existe remuneração recebida pelos Administradores, direta ou indiretamente, não reportadas como Remuneração da Administração.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Nesse sentido, existem tão somente os benefícios legais previstos na Lei das S.A., não existindo remunerações ou benefícios pré-definidos vinculados à ocorrência destes eventos.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Não há.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há utilização de estudos para verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Não há.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Não há.

13.2 – Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2016 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,67	4,92	1,00	10,59
Nº de membros remunerados	4,67	4,92	1,00	10,59
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.280.500,00	3.545.920,00	85.986,00	4.912.406,00
Benefícios direto e indireto	0,00	121.830,80	8.598,60	130.429,40
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	256.100,00	709.184,00	17.197,20	982.481,20
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais (INSS)	Encargos sociais (INSS)	Encargos sociais (INSS)	Encargos sociais (INSS)
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Encargos sociais (INSS)	Encargos sociais (INSS)	Encargos sociais (INSS)	Encargos sociais (INSS)
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	1.536.600,00	4.376.934,80	111.781,80	6.025.316,60

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,25	4,92		11,17
Nº de membros remunerados	6,25	4,92		11,17
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.674.400,00	4.050.741,03		5.725.141,03
Benefícios direto e indireto	0,00	193.339,37		193.339,37
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	284.880,00	782.409,21		1.067.289,21
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais (INSS)	Encargos sociais (INSS)		Encargos sociais (INSS)
Remuneração variável				
Bônus	297.000,00	3.428.541,67		3.725.541,67
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	42.200,00	463.203,74		505.403,74
Descrição de outras remunerações variáveis	Encargos sociais (INSS)	Encargos sociais (INSS)		Encargos sociais (INSS)
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Número total de membros calculado como a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	Número total de membros calculado como a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	Número total de membros calculado como a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	Número total de membros calculado como a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente
Total da remuneração	2.298.480,00	8.918.243,03		11.216.723,03

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,67	5,00		11,67
Nº de membros remunerados	5,33	5,00		10,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.375.360,00	4.599.333,33		5.974.693,33
Benefícios direto e indireto	35.154,84	249.281,52		284.436,36
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	257.472,00	919.866,67		1.177.338,67
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais (INSS)	Encargos sociais (INSS)		Encargos sociais (INSS)
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Encargos sociais (INSS)	Encargos sociais (INSS)		Encargos sociais (INSS)
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Número total de membros calculado como a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	Número total de membros calculado como a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	Número total de membros calculado como a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	Número total de membros calculado como a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente
Total da remuneração	1.667.986,84	5.768.481,52		7.436.468,36

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2019 - ESTIMATIVA

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00		10,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.300.000,00	5.184.000,00		6.984.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	355.572,50		355.572,50
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	260.000,00	1.036.800,00		1.296.800,00
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais (INSS)	Encargos sociais (INSS)		Encargos sociais (INSS)
Remuneração variável				
Bônus	518.284,80	1.706.748,00		2.225.032,80
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	103.656,96	341.349,60		445.006,56
Descrição de outras remunerações variáveis	Encargos sociais (INSS)	Encargos sociais (INSS)		Encargos sociais (INSS)
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Número total de membros calculado como a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	Número total de membros calculado como a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	Número total de membros calculado como a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	Número total de membros calculado como a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente
Total da remuneração	2.181.941,76	8.624.470,10		10.806.411,86

13.3 – Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

No que se refere ao exercício social de 2016, não houve remuneração variável para a Diretoria e Conselho de Administração, conforme quadro abaixo:

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número total de membros	4,67	4,92	9,59
Número de membros remunerados	4,67	4,92	9,59
Bônus.....	0,00	0,00	–
– Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	–
– Valor máximo previsto no plano de remuneração.....	300.000,00	300.000,00	–
– Valor previsto no plano de remuneração – caso atingidas as metas			–
– Valor efetivamente reconhecido	0,00	0,00	–
– Participação no resultado	Não houve	Não houve	–
– Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não houve	Não houve	–
– Valor máximo previsto no plano de remuneração.....	Não houve	Não houve	–
– Valor previsto no plano de remuneração – caso atingidas as metas	Não houve	Não houve	–
– Valor efetivamente reconhecido	–	–	–

No que se refere ao exercício social de 2017, houve remuneração variável para a Diretoria e Conselho de Administração, conforme quadro abaixo:

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número total de membros	6,25	4,92	11,17
Número de membros remunerados	6,25	4,92	11,17
Bônus.....			-
- Valor mínimo previsto no plano de remuneração			-
- Valor máximo previsto no plano de remuneração.....			-
- Valor previsto no plano de remuneração – caso atingidas as metas			-
- Valor efetivamente reconhecido	339.200,00	3.891.745,41	4.230.945,41
- Participação no resultado	Não houve	Não houve	-
- Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não houve	Não houve	-
- Valor máximo previsto no plano de remuneração.....	Não houve	Não houve	-
- Valor previsto no plano de remuneração – caso atingidas as metas	Não houve	Não houve	-
- Valor efetivamente reconhecido	-	-	-

No que se refere ao exercício social de 2018, não houve remuneração variável para a Diretoria e Conselho de Administração, conforme quadro abaixo:

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número total de membros	6,67	5,00	11,67
Número de membros remunerados	5,33	5,00	10,33
Bônus.....	0,00	0,00	-
- Valor mínimo previsto no plano de remuneração			-
- Valor máximo previsto no plano de remuneração.....			-
- Valor previsto no plano de remuneração – caso atingidas as metas			-
- Valor efetivamente reconhecido	0,00	0,00	-
- Participação no resultado	Não houve	Não houve	-
- Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não houve	Não houve	-
- Valor máximo previsto no plano de remuneração.....	Não houve	Não houve	-
- Valor previsto no plano de remuneração – caso atingidas as metas	Não houve	Não houve	-
- Valor efetivamente reconhecido	-	-	-

Para o exercício social de 2019, a Administração propõe remuneração variável referente a bônus ou participação nos resultados para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia, da seguinte forma:

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número total de membros	5,00	5,00	10,00
Número de membros remunerados	5,00	5,00	10,00
Bônus.....			
- Valor mínimo previsto no plano de remuneração			-
- Valor máximo previsto no plano de remuneração.....			4.100.000,00
- Valor previsto no plano de remuneração – caso atingidas as metas			-
- Valor efetivamente reconhecido			
- Participação no resultado			
- Valor mínimo previsto no plano de remuneração			
- Valor máximo previsto no plano de remuneração.....			
- Valor previsto no plano de remuneração – caso atingidas as metas			
- Valor efetivamente reconhecido			

13.4 – Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. Termos e condições gerais

O Plano de Opção de Ações (“Plano de Opção”) estabelece as condições gerais de outorga de opção de compra de ações emitidas pela Companhia aos seus Diretores, Conselheiros, funcionários e/ou outras pessoas físicas que prestem serviços à Companhia e/ou às suas subsidiárias.

Referido plano será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, que será o único órgão autorizado a: (a) impor limites, restrições e condições sobre as opções, conforme seja apropriado; (b) interpretar o plano e adotar, alterar e rescindir manuais administrativos e demais normas e regulamentos que regulem os objetivos do plano; (c) tomar todas as decisões e quaisquer outras medidas exigidas e recomendadas ao implantar e administrar o plano, inclusive, mas sem limitação, decidir sobre a antecipação dos períodos de aquisição (*vesting periods*) das opções de um determinado beneficiário nas hipóteses que entender adequado (tais como, exemplificativamente, em casos de operações que derem ensejo à oferta pública de aquisição obrigatória de ações, nos termos da legislação aplicável, ou, ainda, hipóteses que confirmam aos acionistas a possibilidade de exercer direito de recesso ou retirada, nos termos da legislação aplicável); e (d) escolher e aprovar a lista de beneficiários.

Nesse sentido, o Conselho de Administração terá a autoridade exclusiva para adotar todas as medidas necessárias e adequadas para administrar o Plano de Opção, incluindo:

- (a) Criação e aplicação de normas sobre a outorga de opções de acordo com o Plano de Opção e resolução de questões concernentes à interpretação do Plano de Opção;
- (b) Estabelecimento de condições gerais para as opções emitidas e modificação dessas condições conforme exigido para adaptar as opções à legislação, normas ou regulamentos subsequentes;
- (c) Emissão de ações em conformidade com os termos referentes ao exercício das opções;
- (d) Estipulação do preço de exercício das opções;
- (e) Estabelecimento das metas relacionadas a desempenho para os beneficiários, com a criação de critérios de objetivos para a escolha dos beneficiários; e
- (f) Escolha periódica dos beneficiários que receberão opções.

O Conselho de Administração poderá oferecer condições diferentes aos beneficiários que estejam em posições similares.

Os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de julho de 2011, a adoção de um plano de remuneração de diretores, conselheiros e funcionários por meio de opção de compra de ações (stock option plan). As opções do plano de emissão pela Companhia são do tipo primário, logo, envolvem emissão de novas ações.

Em 31 de dezembro de 2015, o total de opções outorgadas era de 22.520 (vinte e duas mil, quinhentas e vinte) realizado por meio de contrato individual entre a Companhia e cada beneficiário. Como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, o beneficiário deve concluir três anos de serviço (período de aquisição de direito). As opções, na proporção de um terço do total das ações disponíveis para o plano, são exercíveis em três parcelas anuais, sendo a primeira depois de decorridos 12 meses da data da outorga e as duas seguintes, nas mesmas condições, observados os períodos de 24 e 36 meses também contados da data da outorga. Os participantes têm o prazo máximo de sessenta meses, a partir da data da maturação, para exercer as opções.

O preço de exercício das opções outorgadas até 20 de agosto de 2012 é de R\$1.576,00 (mil e quinhentos e setenta e seis reais) por ação nominal e a partir desta data R\$2.547,25 (dois mil quinhentos e quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos) que devem permanecer os mesmos até a data efetiva do exercício das opções, passível de correções no caso de agrupamentos ou desdobramento da ação.

A remuneração com base em opções para compra de ações foi mensurada e reconhecida ao valor justo, sendo utilizado o modelo de Merton (1973), uma extensão do modelo Black & Scholes.

b. Principais objetivos do plano

O Plano de Opção tem por objetivo permitir que os administradores ou executivos chave da Companhia ou de suas controladas adquiram opções de compra de ações, com vistas a: (a) alinhar os interesses dos executivos chave com os interesses da Companhia e de seus acionistas e incentivar a criação de valor; (b) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e executivos; e (c) atrair, reter e motivar os executivos chave.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano de Opção visa despertar nos seus beneficiários o senso de propriedade e o envolvimento pessoal no desenvolvimento e no sucesso financeiro da Companhia, encorajando-os a devotar seus melhores esforços aos negócios sociais, contribuindo, assim, para o implemento dos interesses da Companhia e de seus acionistas. Este modelo visa ainda reter os beneficiários do plano em face do compartilhamento da valorização das ações de emissão da Companhia.

d. Como o plano se insere na nossa política de remuneração do emissor

A despeito de a Companhia estar em vias de finalizar sua política de remuneração, conforme as práticas de mercado e os debates já realizados sobre esse assunto, o Plano de Opção se insere na política de remuneração da Companhia na medida em que visa premiar os seus beneficiários que tenham se destacado por contribuir significativamente para o desempenho da Companhia, ou cuja contratação seja de vital importância para a boa execução dos planos e estratégias da Companhia.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano de Opção alinha os interesses dos beneficiários e da Companhia na medida em que visa despertar neles o senso de propriedade e o envolvimento pessoal no desenvolvimento e no sucesso financeiro da Companhia, encorajando-os a devotar os seus melhores esforços aos negócios sociais, contribuindo, assim, para o implemento dos interesses da Companhia e de seus acionistas no curto, médio e longo prazo.

f. Número máximo de ações abrangidas

Em nenhuma circunstância nem em qualquer momento durante a vigência do Plano de Opção, as opções poderão exceder 10% das ações emitidas da Companhia e de suas subsidiárias existentes na data da outorga, mais as ações que existiriam no caso de todas as opções concedidas nos termos do Plano de Opção terem sido exercidas.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Conforme indicado no item 13.4 "f" deste Formulário de Referência, em nenhuma circunstância nem em qualquer momento durante a vigência do Plano de Opção, as opções poderão exceder 10% das ações emitidas da Companhia e de suas subsidiárias existentes na data da outorga, mais as ações que existiriam no caso de todas as opções concedidas nos termos do Plano de Opção terem sido exercidas.

h. Condições de aquisição de ações

Durante a vigência do Plano de Opção, o Conselho de Administração elegerá os beneficiários em favor dos quais serão outorgadas opções nos termos do plano. A outorga de opções é realizada mediante a celebração de contratos de opção entre a Companhia e os beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (a) o número de ações emitidas; (b) os períodos de aquisição de direitos que, considerados como um todo, representem no mínimo 3 anos (observando-se a discricionariedade do Conselho de Administração de antecipar este período no caso de alienação de controle da Companhia nos termos do Plano de Opção); (c) as condições para aquisição do direito de exercício da opção; (d) o prazo final para o exercício da opção; e (e) o preço de exercício e condições de pagamento.

Os contratos de opção serão individualmente elaborados para cada beneficiário.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Conselho de Administração da Companhia deverá determinar o preço de exercício, que será o valor de mercado das ações (ou uma porcentagem dele), até o momento em que a opção for concedida, conforme definido pelo Conselho de Administração da Companhia.

Até que uma oferta pública seja concluída, o valor de mercado das ações será definido pelo Conselho de Administração da Companhia em um valor consistente com o preço de emissão de ações de subscrições de capital feitas até a data em que a opção for concedida.

j. Critérios para fixação de prazo de exercício

Opções emitidas em conformidade com o Plano de Opção somente deverão ser exercidas, total ou parcialmente, após o vencimento do período de aquisição de direitos aplicável e mediante o cumprimento de todos os termos e condições previstos pelo Conselho de Administração na emissão dessas opções, assim como quaisquer termos e condições previstos na respectiva opção.

k. Forma de liquidação

O preço de exercício será pago pelos beneficiários do Plano de Opção nas formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração.

l. Restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração poderá impor restrições sobre a transferência de ações adquiridas ao exercer opções. Além disso, o Conselho de Administração poderá reservar o direito da Companhia de recomprar opções ou seu direito de preferência, caso tais ações sejam vendidas pelo beneficiário, observando-se os limites previstos nas leis aplicáveis.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Na hipótese de alteração do controle da Companhia: (i) a aquisição do direito de exercício de todas as opções outorgadas, de acordo com o Plano, será antecipada para permitir que os beneficiários possam exercer seus direitos de venda conjunta (*tag along*) na respectiva transferência de ações; (ii) os acionistas vendedores terão direitos de exigir venda conjunta (*drag along*) contra todos e quaisquer beneficiários na mesma operação, e (iii) a companhia e os acionistas vendedores, conforme aplicável, adotarão todas as providências necessárias para assegurar que quaisquer ações resultantes do exercício das opções – conforme prevista no Plano - sejam incluídas na respectiva operação de transferência de ações.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Na hipótese de o beneficiário pedir renúncia do seu posto, as opções que ainda não sejam passíveis de exercício caducam sem qualquer indenização ou compensação e as opções já passíveis de exercício poderão ser exercidas em até noventa dias. Até a presente data, 2.480 (duas mil e quatrocentas e oitenta) ações expiraram pelo não exercício da opção, correspondentes a R\$2.649, montante precificado no momento da outorga das ações e reconhecido no resultado e no patrimônio líquido ao longo do período de aquisição do direito.

Na hipótese de o contrato de trabalho do beneficiário ser rescindido por justa causa, todos os direitos caducam automaticamente, independentemente de aviso ou indenização.

No caso de o beneficiário ser demitido mediante destituição de seu cargo sem violação de deveres ou privilégios, os direitos específicos que possam ser exercidos em conformidade com a respectiva opção na data de sua emissão poderão ser exercidos dentro do período remanescente de exercício que estiver disponível para tal beneficiário. Já

Todas as outorgas de opções de ações da Companhia para a Diretoria, desde a implementação do Plano em 2011, foram realizadas entre 2011 e 2012. Não houve outorga para o Conselho de Administração.

13.5 – Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

(Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão)

2016	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número total de membros	4,67	4,92	9,59
Número de membros remunerados	4,67	4,92	9,59
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações.....	0	0	0
– Data de outorga.....	0	0	0
– Quantidade de opções outorgadas.....	0	0	0
– Prazo para que as opções se tornem exercíveis.....	0	0	0
– Prazo máximo para exercício das opções.....	0	0	0
– Prazo de restrição à transferência das ações	0	0	0
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos:	0	0	0
– Em aberto no início do exercício social.....	0	0	0
– Perdidas durante o exercício social.....	0	0	0
– Exercidas durante o exercício social	0	0	0
– Expiradas durante o exercício social.....	0	0	0
Valor justo das opções na data de outorga.....	0	0	0
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas....	0	0	0

2017	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número total de membros	6,25	4,92	11,17
Número de membros remunerados	6,25	4,92	11,17
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações.....	0	0	0
– Data de outorga.....	0	0	0
– Quantidade de opções outorgadas.....	0	0	0
– Prazo para que as opções se tornem exercíveis.....	0	0	0
– Prazo máximo para exercício das opções.....	0	0	0
– Prazo de restrição à transferência das ações	0	0	0
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos:	0	0	0
– Em aberto no início do exercício social.....	0	0	0
– Perdidas durante o exercício social.....	0	0	0
– Exercidas durante o exercício social	0	0	0
– Expiradas durante o exercício social.....	0	0	0
Valor justo das opções na data de outorga.....	0	0	0
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas....	0	0	0

2018

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número total de membros	6,67	5,00	11,67
Número de membros remunerados	5,33	5,00	10,33
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações.....	0	0	0
– Data de outorga.....	0	0	0
– Quantidade de opções outorgadas.....	0	0	0
– Prazo para que as opções se tornem exercíveis.....	0	0	0
– Prazo máximo para exercício das opções.....	0	0	0
– Prazo de restrição à transferência das ações	0	0	0
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos:	0	0	0
– Em aberto no início do exercício social.....	0	0	0
– Perdidas durante o exercício social.....	0	0	0
– Exercidas durante o exercício social	0	0	0
– Expiradas durante o exercício social.....	0	0	0
Valor justo das opções na data de outorga.....	0	0	0
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas....	0	0	0

2019 (Estimativa)

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número total de membros	5,00	5,00	10,00
Número de membros remunerados.....	5,00	5,00	10,00
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações.....	0	0	0
– Data de outorga.....	0	0	0
– Quantidade de opções outorgadas.....	0	0	0
– Prazo para que as opções se tornem exercíveis.....	0	0	0
– Prazo máximo para exercício das opções.....	0	0	0
– Prazo de restrição à transferência das ações	0	0	0
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos:	0	0	0
– Em aberto no início do exercício social.....	0	0	0
– Perdidas durante o exercício social.....	0	0	0
– Exercidas durante o exercício social	0	0	0
– Expiradas durante o exercício social.....	0	0	0
Valor justo das opções na data de outorga.....	0	0	0
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas....	0	0	0

13.6 – Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria Estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

(Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão)

Diretoria 2016	
Nº de Membros	Não foram outorgadas opções de compra de ações durante esse período.
Nº de Membros remunerados	
Em relação às opções ainda não exercíveis:	
Quantidade	
Data em que se tornarão exercíveis	
Prazo máximo para exercício das opções	
Prazo de Restrição à Transferência das Ações	Não foram outorgadas opções de compra de ações durante esse período.
Preço médio ponderado do exercício	
Valor justo das opções no último dia do exercício social	
Valor Justo de cada opção na Data de Outorga	Não foram outorgadas opções de compra de ações durante esse período.
Em relação às opções exercíveis:	
Quantidade	
Prazo máximo para exercício das opções	
Prazo de Restrição à Transferência das Ações	
Preço médio ponderado do exercício	
Valor justo das opções no último dia do exercício social	
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	

Diretoria 2017	
Nº de Membros	Não foram outorgadas opções de compra de ações durante esse período.
Nº de Membros remunerados	
Em relação às opções ainda não exercíveis:	
Quantidade	
Data em que se tornarão exercíveis	
Prazo máximo para exercício das opções	
Prazo de Restrição à Transferência das Ações	Não foram outorgadas opções de compra de ações durante esse período.
Preço médio ponderado do exercício	
Valor justo das opções no último dia do exercício social	
Valor Justo de cada opção na Data de Outorga	Não foram outorgadas opções de compra de ações durante esse período.
Em relação às opções exercíveis:	
Quantidade	
Prazo máximo para exercício das opções	
Prazo de Restrição à Transferência das Ações	
Preço médio ponderado do exercício	
Valor justo das opções no último dia do exercício social	
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	

Diretoria 2018	
Nº de Membros	Não foram outorgadas opções de compra de ações durante esse período.
Nº de Membros remunerados	
Em relação às opções ainda não exercíveis:	
Quantidade	
Data em que se tornarão exercíveis	
Prazo máximo para exercício das opções	
Prazo de Restrição à Transferência das Ações	Não foram outorgadas opções de compra de ações durante esse período.
Preço médio ponderado do exercício	
Valor justo das opções no último dia do exercício social	
Valor Justo de cada opção na Data de Outorga	Não foram outorgadas opções de compra de ações durante esse período.
Em relação às opções exercíveis:	
Quantidade	
Prazo máximo para exercício das opções	
Prazo de Restrição à Transferência das Ações	
Preço médio ponderado do exercício	
Valor justo das opções no último dia do exercício social	
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	

Os demais órgãos da administração da Companhia não possuem opções em aberto.

13.7 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Nunca houve exercício de opção.

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

A precificação de opções de compra de ações foi baseada no modelo de Merton, uma variante do modelo Black & Scholes. A Companhia adotou referido modelo, pois é uma metodologia amplamente difundida e aceita no meio acadêmico para precificação de opções.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O preço médio ponderado utilizado foi de R\$1.576,00 por ação, refletindo, na data do cálculo, o último negócio feito com os papéis da Companhia. Para o cálculo da volatilidade, a Companhia utilizou as ações preferenciais da Vale S.A. Como a Companhia não possui histórico de negociações, entende que esta ação representa o melhor índice comparativo para o cálculo da volatilidade em razão dos seguintes fatores: longo histórico (amostra estatisticamente satisfatória de cotações), operações diárias em bolsa, listada e com as principais operações no Brasil. Quanto aos dividendos, a Companhia ainda não distribuiu quaisquer quantias a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio desde a sua constituição. Em relação à taxa livre de risco, a Companhia utiliza as taxas de referência para ajustes de contratos de swap DI x Pre divulgadas pela BMF&Bovespa. Como as taxas têm vencimentos diferentes dos vencimentos das opções do plano, as taxas para aplicação no modelo foram obtidas através de um processo de interpolação.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

A Companhia permitirá o exercício antecipado das opções objeto do Plano de Opção na hipótese de alteração do controle, na forma do item 10.2 do Plano de opção da Companhia. Importante frisar que houve alteração do controle, conforme deliberação da assembleia de 26 de agosto de 2015, porém, as opções não foram exercidas e/ou antecipadas por nenhum beneficiário.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Conforme indicado no item 13.9 “b” deste Formulário de Referência, foram utilizadas as ações preferenciais da Vale S.A. com série histórica semelhante ao período de cada exercício.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não, pois não foram incorporadas outras características.

.

13.9 – Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliário conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

(Para evitar a duplicidade, quando uma mesma pessoa for membro do conselho de administração e da diretoria, os valores mobiliários por ela detidos devem ser divulgados exclusivamente no montante de valores mobiliários detidos pelos membros do conselho de administração)

Conselho de Administração		
Valor Mobiliário Derivativo	Características dos Títulos	Quantidade
Ações	ON	1.240.281

Diretoria		
Valor Mobiliário Derivativo	Características dos Títulos	Quantidade
Ações	ON	102.349

13.10 – Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. Órgão
- b. Nº de membros
- c. Nº de membros remunerados
- d. Nome do Plano
- e. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- f. Condições para se aposentar antecipadamente
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários da Companhia.

13.11 - Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal: (a) órgão; (b) nº de membros e (c) nº de membros remunerados.

Valores anuais

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
	31/12/2016	31/12/2016
Nº de membros	4,92	4,67
Nº de membros remunerados	4,92	4,67
Valor da maior remuneração individual (Reais)	959.723,16	357.600,00
Valor da menor remuneração individual (Reais)	916.154,36	262.800,00
Valor médio da remuneração individual (Reais) – total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados	889.620,89	329.036,40

O valor da remuneração mínima foi apurado com a exclusão de membros da diretoria e do conselho que exerceram seus cargos por menos de 12 meses.

Valores anuais

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
	31/12/2017	31/12/2017
Nº de membros	4,92	6,25
Nº de membros remunerados	4,92	6,25
Valor da maior remuneração individual (Reais)	2.990.195,40	426.000,00
Valor da menor remuneração individual (Reais)	1.728.256,86	256.000,00
Valor médio da remuneração individual (Reais) – total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados	1.812.651,02	367.756,80

O valor da remuneração mínima foi apurado com a exclusão de membros da diretoria e do conselho que exerceram seus cargos por menos de 12 meses.

Valores anuais

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
	31/12/2018	31/12/2018
Nº de membros	5,00	6,67
Nº de membros remunerados	5,00	5,33
Valor da maior remuneração individual (Reais)	1.605.215,08	400.512,00
Valor da menor remuneração individual (Reais)	680.269,40	286.080,00
Valor médio da remuneração individual (Reais) – total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados	1.153.696,30	312.943,12

O valor da remuneração mínima foi apurado com a exclusão de membros da diretoria e do conselho que exerceram seus cargos por menos de 12 meses.

Valores anuais (estimado)

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
	31/12/2019	31/12/2019
Nº de membros	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00
Valor da maior remuneração individual (Reais)	2.399.960,80	558.500,12
Valor da menor remuneração individual (Reais)	1.017.072,36	398.928,66
Valor médio da remuneração individual (Reais) – total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados	1.724.894,02	436.388,35

13.12 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia, em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do Conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

No ano de 2016, não houve remuneração do Conselho de Administração reconhecida no resultado da Companhia referente a partes relacionadas. Na Diretoria Estatutária, 47% da remuneração total foi referente a partes relacionadas.

No ano de 2017, 47% da remuneração do Conselho de Administração reconhecida no resultado da Companhia foi referente a partes relacionadas. Na Diretoria Estatutária, 88% da remuneração total foi referente a partes relacionadas.

No ano de 2018, 43% da remuneração do Conselho de Administração reconhecida no resultado da Companhia foi referente a partes relacionadas. Na Diretoria Estatutária, 77% da remuneração total foi referente a partes relacionadas.

Para o ano de 2019, a estimativa é de que aproximadamente 45% da remuneração total do Conselho de Administração poderá ser referente a partes relacionadas. Na Diretoria Estatutária, a estimativa é de que aproximadamente 75% da remuneração total poderá ser referente a partes relacionadas.

13.14 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

No ano de 2016, não houve remuneração do Conselho de Administração reconhecida no resultado da Companhia referente a partes relacionadas. Na Diretoria Estatutária, R\$1.875.877,52 foi referente a partes relacionadas.

No ano de 2017, R\$650.880,00 da remuneração do Conselho de Administração reconhecida no resultado da Companhia foi referente a partes relacionadas. Na Diretoria Estatutária, R\$7.830.457,64 foi referente a partes relacionadas.

No ano de 2018, R\$721.746,84 da remuneração do Conselho de Administração reconhecida no resultado da Companhia foi referente a partes relacionadas. Na Diretoria Estatutária, R\$4.469.573,56 foi referente a partes relacionadas.

Para o ano de 2019, a estimativa é de que R\$981.873,79 da remuneração total do Conselho de Administração seja com partes relacionadas. Na Diretoria Estatutária, a estimativa é de que R\$6.468.352,58 da remuneração seja referente a partes relacionadas.

13.15 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controlados do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgãos, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Toda a remuneração de administradores da Companhia é reconhecida nas informações de remuneração consolidada divulgada, não havendo remuneração adicional aos valores já reportados.

13.16 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.

ANEXO C

Informações exigidas pelo artigo 10 da ICVM 481/09 (itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência)

12.5 /12.7 / 12.9 / 12.10 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome CPF	Data de Nascimento Profissão	Órgão Administração Cargo eletivo ocupado	Data da eleição Data de posse	Prazo do mandato Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor	Se independente, sob qual critério?	Nº de mandatos consecutivos		
Luiz Claudio de Souza Alves 671.167.607-68	30/12/1960 Empresário	Pertence ao Conselho de Administração Presidente do Conselho de Administração	27/04/2018 27/04/2018	até a AGO que aprovar as contas do exercício findo em 31.12.2019. Eleito pelo controlador por voto múltiplo.
Diretor Vice-Presidente	Não é membro independente.	3		
Álvaro Piquet Carneiro Pessoa dos Santos 023.946.247-52	11/06/1971 Advogado	Pertence ao Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração	27/04/2018 27/04/2018	até a AGO que aprovar as contas do exercício findo em 31.12.2019 Eleito pelo controlador por voto múltiplo.
	Membro independente, conforme art. 26 da ICVM 461/2007.	2		
Eduardo de Abreu Borges 778.064.177-53	19.05.1963 economista	Pertence ao Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração	27/04/2018 27/04/2018	até a AGO que aprovar as contas do exercício findo em 31.12.2019 Eleito pelo controlador por voto múltiplo.
	Membro independente, conforme art. 26 da ICVM 461/2007.	2		
Otávio Augusto de Paiva 180.130.077-15	27/11/1945 Engenheiro Civil	Pertence ao Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração	27/04/2018 27/04/2018	até a AGO que aprovar as contas do exercício findo em 31.12.2019 Eleito pelo controlador por voto múltiplo.
	Não é membro independente.	4		
Patricia Tendrich Pires Coelho 011.213.637-09	22/11/1970 Advogada	Pertence ao Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração	27/04/2018 27/04/2018	até a AGO que aprovar as contas do exercício findo em 31.12.2019 Eleita pelo controlador por voto múltiplo.
	Não é membro independente	4		

Experiência profissional / Declarações

Luiz Claudio de Souza Alves - 671.167.607-68

Luiz Claudio Alves, natural do Rio de Janeiro, 57 anos, concluiu o curso de Ciências Contábeis em 1983 na Instituição Faculdades Integradas Celso Lisboa. Carreira profissional empreendida em empresas holding, com investimentos realizados em diversos setores da economia, se destacando como: Sócio Fundador e Presidente da Diretoria e do Conselho de administração da Webb Negócios, Co-Fundador e Presidente do Conselho de Administração do Shoptime, Co-Fundador e Vice-Presidente Executivo da Multicanal Telecomunicações e Vice-Presidente Executivo da Companhia de Mineração do Amapá. Iniciou sua carreira na Companhia Bandeirantes de Seguros Gerais (Sul América), passando pelo Banco BBM, Macal Investimentos e Participações, Telemar, CMP Mineração, Mineração Novo Astro, Cetus Investimentos, Centro Pediátrico da Lagoa, bem como idealizou e implementou diversos startups ao longo dos últimos 29 anos, entre os quais: Multicanal (maior operador de TV a cabo do Brasil), Mcom (operações de trunking e paging, realizados em parceria com os Grupos Carso - Carlos Slim e Concast), Shoptime (varejo eletrônico), Cervejaria Itaipava, Webb Negócios(tecnologia). Teve participação na estruturação de ofertas públicas de dívidas e equities, nos mercados brasileiros e americanos, por intermédio de debêntures, bonds (high Yield), ADR's nível III (Nasdaq) e ações (Bovespa). Possui visão estratégica das áreas de Planejamento e Controladoria como partes efetivas na formação de resultados, advindos de uma atuação de mais de 30 anos de experiência.

O Sr. Alves não ocupa qualquer cargo em sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Alves não tem (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Alves é sócio da Maverick Empreendimentos e Participações S.A., controladora da Maverick Holding S.A. e de sua subsidiária integral Lion Investimentos S.A., que por sua vez são acionistas controladoras da MLog.

Álvaro Piquet Carneiro Pessoa dos Santos - 023.946.247-52

Álvaro Piquet, é formado em direito e pós-graduado em Direito pela Universidade Candido Mendes. Possui mestrado em Direito pela University of Pennsylvania Law School e em especialização em Corporate Finance pela The Wharton Business School. Desde 2003 é professor de Direito Civil da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ. É sócio da Latitude Gestão e Finanças e de PPMKF Advogados. Nenhuma das empresas anteriormente citadas integra (i) o grupo econômico da MLog ou (ii) é controlada por acionista da MLog que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da MLog. Já foi membro do Conselho de Administração da Companhia em 2015.

O Sr. Piquet não ocupa qualquer cargo em sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Piquet não tem (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Piquet não tem qualquer relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- (a) administradores da MLog;
- (b) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da MLog;

- (c) controladores diretos ou indiretos da MLog; e
- (d) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da MLog.

O Sr. Piquet, nos 3 últimos exercícios sociais, não teve qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas com: (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela MLog, (ii) controlador direto ou indireto da MLog; e (iii) fornecedor, cliente, devedor ou credor da MLog, de sua controlada ou controladoras ou controladas.

Eduardo de Abreu Borges – 778.064.177-53

Eduardo de Abreu Borges, membro do Conselho de Administração, é formado em economia pela Universidade Cândido Mendes com MBA em finanças pelo Ibmecc. É sócio-fundador da Cypress e líder de todas as operações nos setores de energia elétrica e infraestrutura, tendo sido responsável por mais de R\$ 2 bilhões em operações de M&A e operações estruturadas no setor elétrico. Anteriormente, foi diretor estatutário e sócio responsável pela área de *Investment Banking* e de Operações Estruturadas do Banco Modal, Presidente do Conselho de Administração da Taesa e Damásio Educacional e gestor dos fundos de investimento em participações Modal I, Coliseu e Óleo e Gás. Nenhuma das empresas em que atuou como sócio e/ou administrador integra (i) o grupo econômico da MLog ou (ii) é controlada por acionista da MLog que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da MLog.

O Sr. Borges não ocupa qualquer cargo em sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Borges não tem (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Borges não tem qualquer relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- (a) administradores da MLog;
- (b) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da MLog;
- (c) controladores diretos ou indiretos da MLog; e
- (d) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da MLog.

O Sr. Borges, nos 3 últimos exercícios sociais, não teve qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas com: (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela MLog, (ii) controlador direto ou indireto da MLog; e (iii) fornecedor, cliente, devedor ou credor da MLog, de sua controlada ou controladoras ou controladas.

Otávio Augusto de Paiva - 180.130.077-15

Otávio Paiva acumulou sólida experiência na área de estruturação financeira de empresas, estratégias empresariais, implantação de projetos de empresas de concessões rodoviárias e elétrica. Atualmente é membro do Conselho de Performance Empreendimentos Imobiliários desde 2009, sócio fundador e membro do Conselho de Administração da Inovadora 2A Tecnologia S.A (WAPPA) desde 2004 e sócio administrador de empresa produtora de vinhos (Otaviano Bodegas y Vinhedos) em Mendoza, Argentina desde 2005. Entre 1983 e 2005 atuou em várias atividades de destaque na Organização Odebrecht tendo sido Chief Financial Officer (CFO) da Construtora Norberto Odebrecht, da Odebrecht Química e da CBPO. Foi membro de vários Conselhos de Administração de empresas afiliadas da Odebrecht, entre os quais Presidente do Conselho de Administração da CONCOR e membro do Conselho de Administração da Nova Dutra, Rodonorte e Hidroelétrica de Manso S.A. Entre 1975 e 1983 ocupou diversas funções executivas no Grupo Vale, atuando como superintendente financeiro, diretor tesoureiro e gerente de marketing da Rio Doce América em Nova York, tendo sido responsável

pela estruturação financeira do projeto Carajás (pacote financeiro de 4 bilhões de dólares). Entre 1971 e 1974, foi chefe de departamento de operações especiais junto a FINAME/BNDES. Nenhuma das empresas anteriormente citadas integra (i) o grupo econômico da MLog ou (ii) é controlada por acionista da MLog que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da MLog.

O Sr. Paiva não ocupa qualquer cargo em sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Paiva não tem (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Paiva é parente de 1º grau da Sra. Julia Souza de Paiva, diretora da: (a) MLog; (b) das controladas Asgaard Navegação S.A., Morro do Pilar Minerais S.A, Dutovias do Brasil S.A., Manabi Logística S.A.; (c) da controladora Maverick Holding S.A..

O Sr. Paiva, nos 3 últimos exercícios sociais, não teve qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas com: (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela MLog, (ii) controlador direto ou indireto da MLog; e (iii) fornecedor, cliente, devedor ou credor da MLog, de sua controlada ou controladoras ou controladas.

Patricia Tendrich Pires Coelho - 011.213.637-09

Patrícia Coelho é sócia fundadora da Asgaard Navegação S.A., uma empresa brasileira de navegação que atua no segmento de Óleo e Gás por meio das atividades de afretamento e pela operação de embarcações de apoio marítimo. De 2006 até 2011, a Sra. Coelho foi sócia fundadora da Topaz Advisory, uma empresa de assessoria que assessorava os investidores internacionais no setor de mineração, aço e navegação. A Sra. Coelho se formou em Direito pela PUC, fez mestrado em Direito Internacional na PUC e foi professora de Direito Internacional da PUC. A Sra. Coelho tem uma vasta experiência em negociação e estruturação de joint-venture com armadores internacionais para operação no Brasil, em financiamento de projetos e estruturação de negócios no setor de óleo e gás no Brasil, em desenvolvimento e estruturação em terminais portuários no Brasil, em transporte marítimo de petróleo e produtos de petróleo no Brasil e na América Latina, em afretamento e importação de embarcações com bandeira estrangeira, dentre outros.

A Sra. Coelho não ocupa qualquer cargo em sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Alves não tem (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Sra. Coelho é sócia da Maverick Empreendimentos e Participações S.A., controladora da Maverick Holding S.A., que por sua vez é a acionista controladora da MLog.

12.6 – Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do Conselho Fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – 2018/2019	
Membros	% de participação nas reuniões
Luiz Claudio Souza Alves	100%
Alvaro Piquet	100%
Eduardo Borges	100%
Otávio Paiva	100%
Patricia Tendrich Pires Coelho	100%

12.8 – Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro, e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não houve instalação de Comitês no exercício de 2018.
